

## Apêndice IV-A do Projeto Básico

### BRIEFING

#### 1. HISTÓRICO

O Ministério do Desenvolvimento Regional foi criado em janeiro de 2019 com o desafio de integrar, numa única Pasta, as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo. As ações da Pasta visam apoiar os 5.570 municípios brasileiros na melhoria da qualidade de vida da população. Foi estruturado a partir da junção dos antigos Ministérios das Cidades (MCid) e da Integração Nacional (MI), com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos.

As **Políticas Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)** e a de **Desenvolvimento Urbano (PNDU)** são a espinha dorsal do Ministério. A partir das diretrizes dessas políticas públicas, o MDR torna-se importante articulador do desenvolvimento do País, de forma coerente e integrada, em parceria com estados e municípios.

Para apoiar os setores produtivos e reduzir as desigualdades regionais, o Ministério atua na implementação da PNDR, com programas de apoio aos pequenos produtores, para gerar emprego e renda, a exemplo do Programa **Rotas da Integração Nacional**.

É o MDR que coordena, também, a **política habitacional** – estimulando e fomentando o acesso à moradia e as ações de regularização fundiária; projetos e obras de **saneamento** em todo o País, com o desafio de levar tratamento de esgoto e de água às regiões que ainda não possuem esse direito essencial à saúde pública; e empreendimentos de mobilidade urbana, afim de melhorar o trânsito e o tráfego de pessoas e veículos.

A gestão da **política de segurança hídrica** é outra atribuição da Pasta. As ações visam ofertar água à população e à atividade econômica em todo o território nacional, sobretudo em regiões frequentemente afetadas por períodos de seca. Diversos empreendimentos hídricos, como barragens, adutoras e reservatórios, são executados com recursos federais sob gestão da Pasta. A área de **recursos hídricos**, incluindo revitalização de bacias, também está no âmbito do MDR.

O Centro-Oeste, Norte e Nordeste são prioritários na PNDR, por isso os **Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional** são voltados para essas regiões. Sob gestão do MDR, os recursos são provenientes de tributos destacados pela União para a implementação de ações que visam à redução das desigualdades regionais por meio de incentivos e isenções fiscais em favor dos setores produtivos - pequenos, médios e grandes investidores.

A **Política Nacional de Irrigação** é outra área de atribuição do Ministério. Um dos focos tem sido a implementação dos Polos de Produção Irrigada em regiões com vocação para a atividade, a fim de impulsionar e organizar os produtores.

Por fim, outra grande política coordenada pelo Ministério, de fundamental importância aos municípios, é a de **Proteção e Defesa Civil**, coordenadas pela Defesa Civil Nacional. Além de ações e investimentos para prevenção a desastres naturais, o órgão apoia as localidades afetadas, tanto no socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais à população, quanto na reconstrução de infraestruturas danificadas. A Operação Carro-Pipa federal é também uma das atribuições, executada por meio de parceria com o Exército Brasileiro.

O **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad)**, vinculado à Defesa Civil Nacional, atua 24 horas por dia na gestão de crises, monitoramento e operações. É o Cenad que recebe os alertas de desastres de diversos órgãos e encaminha às defesas civis locais para que sejam tomadas as providências emergenciais para salvar vidas. O órgão é o gestor do sistema que possibilita a estados e municípios o envio de mensagens a celulares de todo o País com alertas de desastres.

Em 2020, as políticas de mobilidade e desenvolvimento regional e urbano foram integradas, por meio do Decreto n. 10.290, numa única secretaria: Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano. Também foi criada a Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa - vinculada à Executiva -, com a função de planejar, coordenar e promover atividades de desenvolvimento organizacional e de modernização administrativa no âmbito da Pasta. Essas são algumas das principais mudanças trazidas pela reestruturação do ministério, que ajustou, ainda, o quadro de cargos em comissão e das funções de confiança, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão das políticas.

## 2. POLÍTICAS

O Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme disposto no **DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020**, tem como suas competências:

- política nacional de desenvolvimento regional;
- política nacional de desenvolvimento urbano;
- política nacional de proteção e defesa civil;
- política nacional de recursos hídricos;
- política nacional de segurança hídrica;
- política nacional de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- política nacional de habitação;
- política nacional de saneamento;

- política nacional de mobilidade urbana;
- política de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;
- política nacional de ordenamento territorial;
- estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos:
  - dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
  - dos programas de financiamento de que trata a [alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição](#);
  - do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; e
  - do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;
- estabelecimento de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor;
- estabelecimento de metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana realizados com aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; e
- planos, programas, projetos e ações de:
  - desenvolvimento regional, metropolitano e urbano;
  - gestão de recursos hídricos;
  - infraestrutura e garantia da segurança hídrica;
  - irrigação;
  - proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres; e
  - habitação, saneamento, mobilidade e serviços urbanos.

### 3. COMPOSIÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Regional é composto por cinco secretarias finalísticas e oito entidades vinculadas.

#### **Secretarias:**

- a) Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- b) Secretaria Nacional de Segurança Hídrica;
- c) Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano;
- d) Secretaria Nacional de Habitação;
- e) Secretaria Nacional de Saneamento.

#### **Entidades vinculadas:**

- 1. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam;

2. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene;
3. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;
4. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs; e
5. Agência Nacional de Águas - ANA; e
6. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;
7. Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
8. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

#### 4. MAPA ESTRATÉGICO



#### 5. CONCEITO

O Mapa Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Regional estabelece o aperfeiçoamento da comunicação interna e externa como metas a serem alcançadas. Para isso, a Assessoria de Comunicação Social do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL deve atuar para:

- Estabelecer a Política de Comunicação Social do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, zelando pela transparência das informações públicas;

- Zelar pela imagem do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL e seus gestores, bem como a memória institucional;

- Desenvolver no campo da comunicação, interna e externa, os objetivos estratégicos, a missão e a visão do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL;

- Informar a sociedade brasileira sobre a atuação do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, seus gestores e servidores;

- Desenvolver Planos de Comunicação anuais, bem como Planos de Comunicação específicos para a divulgação de assuntos de interesse do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL;

- Implementar e mensurar os resultados das estratégias e ações propostas nos planos de comunicação;

- Desenvolver produtos de comunicação para os públicos externo e interno da instituição;

- Alimentar a imprensa com informações de interesse público, divulgando programas, ações e estratégias do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, reforçando sua imagem institucional;

- Criar ações que aproximem os gestores do ministério dos órgãos de imprensa para facilitar a divulgação de informações e permitir esclarecimentos necessários sobre temas de interesse da pasta;

- Agendar e acompanhar entrevistas exclusivas ou coletivas;

- Criar banco de pautas especiais que possam ser úteis para a imprensa;

- Acompanhar os trabalhos de todas as equipes do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL para realizar reportagens, avisos de pauta, releases;

- Acompanhar os gestores e técnicos da instituição em viagens a trabalho, redigindo briefings, agendando e acompanhando entrevistas;

- Informar e esclarecer a imprensa sobre políticas públicas desenvolvidas pela instituição, elaborando, quando necessário, press releases e press kits especiais;

- Desenvolver ações na área de assessoria de imprensa e relações públicas que contribuam para potencializar campanhas;

- Desenvolver outras ações próprias da área de Comunicação Social sempre que demandada pelos gestores do MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

## **6. PROBLEMA ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO**

### **NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO**

#### **O que é o NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO?**

O novo Marco Legal do Saneamento, instituído pelo Projeto de Lei (PL) 4.162/2019, tem como principal objetivo a estruturação de um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade a fim de atrair novos investimentos para universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor. A meta do Governo Federal é alcançar a universalização até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

Recém sancionado, o Novo Marco legal trará as condições normativas e regulatórias necessárias para a entrada da iniciativa privada com investimentos no setor. São esperados cerca de R\$ 700 bilhões de reais em investimentos nos próximos 10 anos. Além de enfrentar um gargalo histórico na infraestrutura nacional, os investimentos ganham importância adicional nesse momento em que o país enfrenta uma pandemia e a economia precisará de impulsos que proporcionem a retomada.

A expectativa é que a universalização dos serviços de água e esgoto reduza em até R\$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, a cada R\$ 1 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R\$ 4 graças à prevenção de doenças causadas pela falta do serviço, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). No âmbito econômico, a cada R\$ 1 destinado para o setor, são gerados R\$ 2,5 nas cadeias associadas e a cada R\$ 1 bilhão, 60 mil empregos gerados.

Já na área ambiental, os recursos hídricos, que hoje sofrem com o baixo índice de tratamento de esgotos, serão amplamente beneficiados. De acordo com o Atlas Esgotos, da Agência Nacional de Águas (ANA), mais de 110 mil km de trechos de rio estão com a qualidade comprometida devido ao excesso de carga orgânica, sendo que para 83.450 km não é permitida a captação para abastecimento público devido à poluição hídrica.

Além disso, o tratamento de resíduos sólidos será incluído como vertente do saneamento básico pelo novo Marco.

### **PRINCIPAIS PONTOS DO MARCO LEGAL**

**Contratos de concessão** – A nova lei extingue a possibilidade de os entes realizarem novos ‘contratos de programa’, que são os pactuados entre os titulares (municípios) e prestadores (empresas estaduais de saneamento) sem

licitação. Atualmente, os titulares firmam acordos diretamente com empresas, com regras de prestação e tarifação, mas permitem que as estatais assumam os serviços sem concorrência. A atualização do Marco Legal elimina esse modelo e torna obrigatória a abertura de licitação, na qual podem concorrer prestadores de serviço públicos ou privados. Esse fator propicia um ambiente negocial de concorrência, baseado na eficiência de quem presta o serviço e na sua sustentabilidade.

No entanto, os contratos de programa formalizados poderão ser mantidos pelo prazo de sua vigência, desde que, até 31 de março de 2022, estabeleçam metas para atingir a universalização, garantindo atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033. Além disso, devem garantir a continuidade do abastecimento, redução de perdas e melhorias nos processos de tratamento. Já os contratos que não tenham sido formalizados serão considerados irregulares e precários e não poderão ser mantidos.

A metodologia para avaliar a capacidade econômico-financeira das empresas é um dos pontos que ainda serão definidos por Decreto da União, o que deverá ocorrer em até 90 dias depois da sanção da lei. Em conjunto com o Ministério da Economia, a Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do MDR, a ANA e demais órgãos que atuam no setor estão discutindo o conteúdo deste e de outros Decretos que vão dar corpo à regulamentação.

Importante salientar que o cumprimento das metas será periodicamente verificado. A ANA, por meio de ato normativo, irá dispor dos requisitos e procedimentos que devem ser observados pelos titulares e por suas entidades reguladoras e fiscalizadoras – observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei n. 11.445/2007.

**Blocos de municípios** - O texto aprovado determina que os estados, no intuito de atender aos municípios menores e de baixa sustentabilidade, componham grupos ou blocos de municípios, que poderão contratar os serviços de forma coletiva. Cidades de um mesmo bloco não precisam ser vizinhas. O conjunto de localidades não poderá fazer contrato de programa com estatais, nem subdelegar o serviço sem licitação.

**Planos Municipais e Regionais** - O Marco Legal exige que os municípios e blocos de cidades implementem planos municipais e regionais de saneamento básico – a União poderá oferecer apoio técnico e financeiro para a execução desta tarefa. No entanto, o suporte federal estará condicionado a uma série de regras, entre as quais, a adesão ao sistema de prestação regionalizada e à concessão ou licitação da prestação dos serviços, com a substituição dos contratos vigentes e adequação de metas e uniformização dos prazos de vigência dos contratos.

**Recursos da União** - Embora municípios continuem como os entes responsáveis pela regulação da prestação dos serviços de saneamento, a atualização do Marco Legal estipula que a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União (ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União) serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos e condicionados à observância das

normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico expedidas pela ANA.

**Comitê Interministerial de Saneamento** - Para melhorar a articulação institucional entre os órgãos federais que atuam no setor, será criado o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), colegiado que terá, sob a presidência do MDR, a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico (inclusive elaborando estudos técnicos) e definir a alocação de recursos financeiros do setor.

## **7. DESAFIO DE COMUNICAÇÃO**

Tendo como base essas informações, a empresa deve, com clareza e concisão:

1. Elaborar um Plano de Comunicação que estabeleça estratégias de divulgação dos avanços proporcionados pelo novo Marco Legal do Saneamento Básico, com intuito de gerar o debate positivo sobre o tema, a mobilização dos atores envolvidos no processo, o esclarecimento da população, o esclarecimentos sobre os ganhos para o meio ambiente, saúde e economia; o apoio à proposta e a sensibilização de investidores para as oportunidades. O público-alvo da estratégia de comunicação é o seguinte:
  - (A) População de cidades e comunidades beneficiadas pelos investimentos;
  - (B) Gestores Públicos;
  - (C) População em geral;
  - (D) Investidores;
  - (E) Mídia regional;
  - (F) Mídia nacional.

O Plano deverá:

- 1.1. Garantir que dados importantes, como aqueles sobre oportunidades de investimentos, gastos de recursos públicos e avanços na implementação dos serviços de água e esgoto sejam divulgados de forma transparente e impactante;
  - 1.2. Traçar diagnóstico, apontando principais problemas de comunicação a serem enfrentados pelo Plano de Comunicação;
  - 1.3. Dialogar com os públicos-alvo definidos neste exercício;
  - 1.4. Definir estratégias, ações e mensagens-chave para a divulgação da ação do ministério;
  - 1.5. Traçar análise de risco e propor ações de prevenção e gestão de possíveis crises.
2. Relatar trabalhos já executados similares ao objeto do presente edital. De forma objetiva e direta, o Relato de Trabalho deve indicar como experiências anteriores ajudarão na prestação do serviço licitado.

Este briefing é para efeito de julgamento do **quesito 1**, da proposta técnica. O MDR se reserva ao direito de utilizar ou não do planejamento de comunicação proposto pela licitante.

Mais informações poderão ser obtidas no [www.mdr.gov.br](http://www.mdr.gov.br)